

## O lobby e o acordo antitabaco

Por Paulo César Rodrigues Pinto Corrêa

O TEMPO de 5/12/2004 prestou um grande serviço ao mencionar questões importantes relativas à ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) pelo Brasil no que tange ao lobby das fumageiras transnacionais e sua atuação através de organizações de fachada, como a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Considero importante fazer alguns contrapontos aos comentários de Hainsi Gralow, presidente da Afubra. A CQCT tramitou na Câmara dos Deputados por mais de nove meses, inclusive houve uma audiência pública em agosto de 2003, tendo sido aprovada em 13/5/2004.

Este processo foi inteiramente transparente. Aliás, o lobby tem sido tão descarado que foi marcada uma nova audiência pública na Câmara para hoje, 8/12/2004. Em 15/9/2004, foi realizada uma audiência pública no Senado. O relator da matéria, senador Fernando Bezerra, disse ser "a princípio favorável", mas que precisaria ter mais informações. Sem dúvida, o que não faltam são informações sobre a ratificação do acordo internacional pelo Brasil, sejam elas fornecidas pelo governo (Instituto Nacional do Câncer e Ministério da Saúde), por ONGs (Rede Tabaco Zero e Projeto Fumo Zero da Associação Médica do Rio Grande do Sul) ou por órgãos internacionais (Organização Mundial de Saúde, Banco Mundial e FAO). O que estava faltando em 15 de setembro e continua faltando agora é o parecer favorável do relator. Bezerra propôs, em 6/12/2004, em Santa Cruz do Sul, a criação de uma comissão para discutir o assunto com mais profundidade.

Segundo Bezerra, o tema teria que ser analisado de forma "equilibrada", preservando a saúde e a economia do Sul do país. A comissão seria mista no âmbito do Legislativo e do Judiciário, com a participação dos fumicultores. O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, senador Eduardo Suplicy, onde a matéria tramita, concordou com a iniciativa. De acordo com ele, o relatório deve ficar pronto na próxima semana.

Não é mais possível tolerar essas manobras de adiamento pelo lobby das indústrias de fumo. Os senadores Fernando Bezerra e Eduardo Suplicy precisam escutar o clamor da sociedade pela ratificação imediata. A Rede Tabaco Zero, que atua no controle do tabagismo, da qual fazemos parte (<http://www.tabacozero.net>), alertou os dois senadores sobre esse fato no último dia 10/11/2004, quando Suplicy concordou com o pedido de Gralow para a realização de uma nova audiência pública, agora em Santa Cruz do Sul, e a agendou para 6/12/2004. Se essa audiência pública não tivesse sido agendada, e o projeto fosse aprovado pelo Senado até 30/11/2004, data em que o Peru fez sua ratificação, hoje o Brasil faria parte do seleto grupo das primeiras 40 nações a ratificarem o instrumento. O não posicionamento claro e imediato desses parlamentares pela ratificação, após mais uma audiência pública, representa, no mínimo, conivência com uma indústria que vende doenças, incapacidade e morte, expropriando pessoas e governos. Inconcebível deixar a questão para o ano que vem. A posição de que não há consenso no governo e que é necessário aguardar uma "definição", defendida por um dos senadores, não é sustentável, uma vez que Gralow está infiltrado no governo, já que dirige a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, órgão de aconselhamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Além do assento formal da indústria, há também um assento informal, já que o dirigente da Câmara também dirige a Afubra, ligada a uma organização internacional, a ITGA (sigla em inglês da Associação Internacional de Produtores de Tabaco), mantida pela British American Tobacco (da qual a Cia. de Cigarros Souza Cruz é subsidiária) e utilizada para pressionar o setor agrícola dos países que produzem fumo. O adiamento do parecer favorável pelo senador Bezerra e a consequente aprovação pela CRE já causou enorme prejuízo ao Brasil, uma vez que frustrou a expectativa internacional, devido à importante liderança do Brasil nas negociações do tratado, tendo sido o segundo país a assiná-

lo. Como se isso não bastasse, o Brasil não fará parte do bloco que negociará os protocolos do tratado, além de não fazer parte da secretaria que irá monitorar a implementação do acordo. Esse ônus político é devido a Bezerra e Suplicy.

Paulo César Rodrigues Pinto Corrêa é médico pneumologista, especialista em políticas de controle do tabagismo